ARTIGO

Anotações a "Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico", de David F. L. Gomes

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira¹

Como citar este artigo: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Anotações a "Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico", de David F. L. Gomes. **Revista de Ciências do Estado.** Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e26210. ISSN: 2525-8036.

Resumo: Este artigo apresenta alguns comentários ao ensaio de David F. L. Gomes, "Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico". Ao fazer isso, seu principal objetivo é contribuir para um debate crítico sobre nossa sociedade e nosso tempo.

Palavras-chave: Brasil; 2020; David F. L. Gomes; Crise.

"Somente por causa dos que não têm esperança é que nos é dada a esperança" Walter Benjamin

Para David F. L. Gomes

O ensaio de David F. L. Gomes, intitulado "Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico" é, com certeza, um dos melhores textos publicados nos últimos tempos naquilo para que ele se propõe a não ser: *apenas* mais um diagnóstico do presente. Não é apenas mais um diagnóstico do presente a começar porque tal "diagnóstico" – e, como afirma expressamente o autor, não há "diagnóstico" que não seria uma "tentativa" – se assume, justamente, enquanto "tentativa". Ou seja, um empreendimento cujo valor de verdade se dá inclusive porque se sabe falível, incompleto, aberto, *antes do fim.* Proposto, como se diz *in media res*, no meio do torvelinho do qual o texto, o autor, seus leitores e mesmo a tradição a qual se filia, à sombra de trechos do famoso texto de Horkheimer, de 1937, se situam: "A hostilidade que reina hoje em dia na opinião pública a qualquer teoria se orienta na verdade contra a atividade modificadora ligada ao pensamento crítico. (...) Na passagem da forma da sociedade atual à futura, a humanidade

¹ Professor Titular de Teoria da Constituição e de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFMG. Bolsista de Produtividade do CNPq (Pq 1d). Doutor em Direito pela UFMG, tendo realizado estágio pósdoutoral, com bolsa CAPES, em Teoria do Direito na *Università degli studi di Roma Tre*.

deverá erigir-se pela primeira vez em sujeito consciente e determinar ativamente a sua própria forma de vida. (...) Se não há continuidade no esforço teórico, então a esperança de melhorar fundamentalmente a existência humana perderá a sua razão de ser" (Horkheimer). *Um* diagnóstico, *um* compromisso e *uma* conclusão, ainda que alcançada pelo "trabalho do negativo" (Hegel).

E daí recupera-se toda uma "constelação" – "bela" e "trágica" – de motivos a qual o próprio autor faz questão de explicitar – e, diga-se, não é à toa que a palavra tenha sido benjaminianamente "constelação" e não "processo". Seja o "trágico" Brasil de 2020; seja a homenagem a um interlocutor e amigo querido, uma pessoa singular – e singular na sua exemplaridade, ao mesmo tempo tão concreta e tão utópica, que é Juarez Guimarães: "A situação em que nos encontramos neste momento no Brasil e uma homenagem a alguém que jamais abandonou a concretude das lutas cotidianas e que tem sabido como poucos preservar o laço entre sociedade e universidade parecem convidar, assim, a um ensaio em que se arrisque aquilo que na modernidade tem marcado como um aguilhão a carne das pretensões críticas e gerado tantas tensões entre elas e o cânone filosófico: pensar o tempo presente." – nos diz David, ao final da parte I.

Mas, na parte II, de que modernidade se fala? Qual seria a *modernidade* da *modernidade*? Segundo o texto, a modernidade da modernidade (grifos meus): "permanece o de uma modernidade **internamente conflitiva**, caracterizada por **tensões constantes** entre **imperativos sistêmicos** derivados da estrutura e da lógica do capital (MARX, 2013-2015), **de um lado**, e **expectativas normativas** oriundas de processos de socialização internos a uma forma de vida mediada linguisticamente (HABERMAS, 2010a), **de outro** (GOMES, 2019a)". Cabe notar que, a título de importante anotação, diz-se que "Por isso mesmo, muito do que aqui se diz sobre o Brasil poderia também estender-se a outras sociedades pelo mundo".

Mas a caracterização da modernidade não para aí. Essa modernidade não é "homogênea" e, mais, em termos decoloniais, "somente se constitui como tal constituindo ao mesmo tempo seu oposto necessário: a colonialidade como sua face oculta". A modernidade, portanto, (grifos nossos) "não pode ser senão uma modernidade **cindida** entre Norte e Sul, de maneira que as **tensões** fundamentais que a definem manifestam-se **diferentemente** nessas partes distintas do globo". Segunda importante anotação: "Com ainda mais razão, pois, é possível que este mosaico diagnóstico encontre validade perante outros países que comungam com o Brasil a pertença ao Sul Global." E terceira anotação: "Apesar de tudo isso, é do Brasil que prioritariamente aqui se trata".

Ou seja, a *modernidade* da modernidade é o seu caráter conflitivo, tensional, cindido, diferenciado. Sobretudo, mas não somente, entre "imperativos sistêmicos" e "expectativas normativas". E, aqui, é uma modernidade pensada não apenas em termos de *norte e sul*, mas de *sul e sul*. O que se diz do Brasil "poderia estender-se a outras sociedades" (1), possivelmente "perante outros países como o Brasil que pertencem ao sul global" (2), mas, "apesar de tudo isso", é um diagnóstico do Brasil, "prioritariamente" (3).

A parte III do texto começa com uma afirmação segundo a qual "Se se levasse a sério a história do Estado de Bem-Estar Social europeu na segunda metade do século XX, não havia como esperar que os mesmos sintomas estruturais de sua crise não se manifestassem no Brasil". E de que crise se trata "a crise do Estado de Bem-Estar europeu"? E por que levar a sério a história do Estado de Bem-Estar europeu levaria a que se esperasse que "os mesmos sintomas estruturais" dessa crise se manifestassem no Brasil?

Segundo o texto, essa *crise*, definida pela lei – *tendencial* – da queda da taxa de lucro (a referência aqui é Marx), permitiria compreender a crise contínua, desde os anos 1960-70, do modo de produção capitalista, global, que se fez sentir diferentemente em várias partes, mas que, contudo, seria uma crise estrutural. Todavia, que não é uma crise que se manifestaria "necessariamente" como crise das sociedades capitalistas, enquanto crise sistêmica do capital. E, assim, o texto explica que: "Para que essa crise sistêmica do capital seja também vivenciada como uma crise para nós, como uma crise das sociedades erigidas em torno da economia de trocas capitalista, outros elementos foram e são necessários. Em síntese, esses elementos correspondem às expectativas normativas de igualdade e liberdade que, desde o nascedouro mesmo da modernidade, têm guiado um sem número de lutas sociais" (grifos nossos). Portanto, "Se compreendermos a democracia como mais do que um arranjo políticoinstitucional específico, mas como uma forma de organização da vida coletiva que possui implicações tanto para as instituições sociais em geral quanto para a autorrelação dos indivíduos consigo mesmos e para a relação da coletividade com seu entorno natural, então a crise do Estado de Bem-Estar Social pode ser lida por nós mediante a velha chave da tensão entre capitalismo e democracia."

E por quê? O que isso tem que ver com a crise do Estado de Bem-Estar Social? Cabe lembrar o próprio caráter compensatório do Estado Social em fase do processo de autovalorização do capital, que estaria na base dos compromissos entre as classes, próprio desse paradigma de Estado. O problema é que, como bem diz o texto, quanto mais o Estado avança nas suas tarefas compensatórias, cada vez mais impossível se torna conciliar

capitalismo e democracia: "o Estado depende fundamentalmente de mecanismos de arrecadação tributária e política fiscal para dar eficácia a suas políticas de bem-estar, mas tais mecanismos vêm chocar-se no médio prazo precisamente com os objetivos dos investimentos privados em sua busca por maior lucratividade". E quanto mais insustentável esse arranjo compensatório ou conciliatório se apresenta, "tanto mais a crise do **capitalismo** pode verter-se em uma **crise da sociedade.**" (grifos meus) (O que, também, por outro lado, não significaria que a mera substituição do capitalismo por outro sistema econômico significasse uma melhoria das condições de vida da sociedade, como chama atenção a nota 4 do texto).

Nesse momento, o texto passa por um momento importante de inflexão, um *salto* – *Hic Rhodus, hic salta!*, diria Marx – para o caso brasileiro. Assim, a terceira parte termina com uma afirmação segundo a qual "**Sem entrar em detalhes quanto a isso**, parece-me que o momento em que o modelo de Estado de Bem-Estar Social implantado no Brasil em 2003 encontra seu ponto de esgotamento é o início da década de 2010. 2013 é já a explosão de um represamento há muito pressionado." (grifos meus).

Aqui, nesse ponto, não teria sido necessário analisar exatamente esses *detalhes*? Não teria sido necessário, primeiro, analisar qual modelo de Estado de Bem-Estar Social teria sido implantado no Brasil em 2003 e que teria encontrado seu ponto de esgotamento em 2010 e, fundamentalmente, em 2013? Afinal, como a crise do capitalismo, que vinha ocorrendo desde os anos 1960-70, teria se manifestado historicamente no Brasil? E, por outro lado, o que, então, teria possibilitado economicamente essa suposta implementação de um modelo – e qual modelo? – de Estado Social, no Brasil, a partir de 2003? De que modo esse modelo possibilitou, se é que possibilitou, durante quase uma década, políticas compensatórias próprias de um Estado Social? E por que esse modelo, especificamente, teria se esgotado? O ano de 2010 tem alguma razão de ser, ou o ano de 2013? Essas questões serão, em parte, retomadas na parte XVI.

Sigamos, contudo, com a leitura. O texto avança identificando mais uma tendência, essa, não "do" capitalismo, mas "uma variação estrutural mais significativa para o que aqui tenho em vista se dá entre modelos de Estado de Bem-Social que se realizam no Norte e no Sul Globais". No caso do sul, as tentativas de efetivação da democracia social serem encerradas por rupturas institucionais, por golpes de Estado: "Essa recorrência histórica não é uma mera contingência: também ela adquire a feição de uma lei de tendência. Esse foi mais uma vez o caso do Brasil em 2016." E, mais, essas rupturas "costumam vir acompanhadas do recrudescimento de um autoritarismo que consegue institucionalizar-se e, com isso, prolonga

a ruptura, tendo como objetivo primordial uma reestruturação geral da sociedade em direção a uma sociedade menos livre e menos igualitária. Esse foi o caso do Brasil em 2018."

Pois é aqui que, segundo o texto, na sua parte IV, "nos encontramos em 2020". E toda a parte V, na sua poesia trágica, parece ser o prenúncio de uma catástrofe, que se avizinha...

Da parte VI a XXII, o texto procura fazer o diagnóstico de uma tragédia. Na parte VI, o modelo econômico subjacente ao projeto autoritário que "venceu nas urnas em 2018" (aqui a merecer todas as aspas, em razão das características muito próprias dessas eleições ainda sub judice) a aprofundar ainda mais a dependência da economia brasileira, com seu "traço fundamental de superexploração do trabalho". Cabe anotar (grifo meu): "A promessa de reformas econômicas estruturais, como que por um efeito hipnotizante, parecia fazer com que parcelas significativas da sociedade não enxergassem os riscos que estavam envolvidos". Na parte VII, o retrocesso social, o crescente aumento das desigualdades, no contexto de uma sociedade estruturalmente excludente, jamais revertida, diga-se de passagem, já que "uma parte robusta dessa miséria, ou melhor, sua parte mais robusta é formada por pessoas que nem mesmo conseguem algum posto de trabalho para serem superexploradas", a "ralé brasileira", a que o texto se refere, na expressão provocativa de Jessé Souza. Na parte VIII, o tema da "segurança pública", o "outro **colar de hipnose** que, para muitos grupos da sociedade, parece ter imunizado o projeto de governo eleito em 2018" (grifos meus). Aqui, se faz presente a denúncia fundamental da "circularidade dramática" entre modelo econômico excludente, desigualdade social, violência e violência de Estado, em que os pobres sofrem mais, e, considerando a "imbricação entre pobreza e raça", a "necropolítica", para usar o termo de Mbembe, o "genocídio negro", para falar com Abdias Nascimento, o racismo estrutural na sociedade brasileira, que se remete às reflexões de Silvio Almeida. Na parte IX, a pergunta pelo que faz uma sociedade, "não é simplesmente uma soma de fatos". Aqui, perguntar pelo que faz uma sociedade implica perguntar pelo que dá sentido a esses fatos, aquilo que, grosso modo, se chama de "neoliberal", sua concepção individualista, atomizada e falsamente livre e igual. Na parte X, são exploradas, de modo magistral, aquilo que o texto chama de "as afinidades eletivas entre a narrativa neoliberal e a narrativa sacramental-teológica." Aqui, importante frisar, fala-se de imbricação e não de causalidade entre elas: "E essa imbricação parece-me ser aquilo que forma os plexos de sentido principais que hoje hegemonicamente dão sentido aos fatos cotidianos na sociedade brasileira e que, desse modo, tanto atribuem apoio social explícito ao modelo econômico e ao modelo de segurança pública conduzidos pelo Governo Federal, quanto asseguram a invisibilidade social das – ou, quando a invisibilidade se torna impossível, a tolerância às – políticas do Governo Federal em outras áreas, como educação, saúde, cultura, meio-ambiente e minorias." E, todavia, fica uma pergunta: como é que essa imbricação se deu, historicamente, no Brasil? O apoio de grupos religiosos não fez/faz parte de uma disputa política? Nas partes XI, XII, XIII e XIV aprofunda-se como essas narrativas – neoliberal e sacramental-teológica – desempenhariam os seus papéis legitimadores, deslegitimadores e corrosivos, inclusive da esfera pública; e, em especial, no que se refere à "perda de centralidade da escrita", denunciada pelo texto, parte XIV, em que "veículos tradicionalmente ligados ao texto impresso passam progressivamente a torná-lo secundário em face de produtos audiovisuais".

As partes XV e XVI aparecem como uma transição para o que passa a ser tratado a seguir. A parte XV apresenta uma reflexão extremamente importante sobre o que seriam processos de desaprendizagem social profunda, "em nível cognitivo e moral, desencadeados em geral como reação defensiva àquilo que se percebe como ameaça suficientemente grave à integridade de uma identidade adquirida", vividos pela sociedade brasileira, nos últimos anos, a que o texto relaciona à interrupção de um processo incompleto de justiça de transição -"Muito menos podem surpreender os pedidos nas ruas por intervenção militar e por um retorno aos tempos do AI-5: para identidades formatadas nos legados historicamente efetivos do escravismo colonial, a ditadura de 1964 foi só mais um momento – o mais recente de que se recordam – em que puderam dar vazão a suas fantasias de onipotência". E a parte XVI, afirma-se que "O que estaria em jogo no Brasil de 2020 é um desequilíbrio radical na balança de tensões da modernidade entre imperativos sistêmicos e expectativas normativas, com o mercado encarnando direta e vorazmente esses imperativos sistêmicos e expandindo-se ilimitadamente para outras instituições, que já não logram oferecer-se aos indivíduos como caminho de mediação para a construção intersubjetiva de sentido e para a oposição, àqueles imperativos, de expectativas normativas de uma vida livre e igualitária." E, mais, numa análise que me parece bastante correta: "quando já muito pouco se pode opor aos interesses do capital, a vitória definitiva e tranquila desses interesses é negada por uma generalização de sintomas patológicos de ansiedade" [...]. "Por conseguinte, se esses sintomas de ansiedade negam aos imperativos do capital e a seus áulicos a afirmação pacífica de que a vida reduzida ao mercado venceu como modelo de sociedade, isso não se dá sem um custo elevado: à vida dominada pelo capital e desprovida de sentido, o que se opõe é cada vez mais uma vida sedada". O que acompanha a reflexão desenvolvida na parte XVII e faz lembrar certos trechos de Herbert Marcuse, sobretudo, em *O homem unidimensional*, em "A conquista da consciência infeliz".

A parte XVIII apresenta uma crítica a certos movimentos sociais de "acento culturalidentitário-performativo", a partir de um diagnóstico de base. O diagnóstico: "Em primeiro
lugar, formou-se nos últimos anos, em um processo de mão dupla entre a academia e as lutas
sociais, um amálgama entre cultura, identidade e performance. Com isso, a dimensão cultural
dos conflitos sociais passou a ganhar um predomínio avassalador, com as demandas por
reconhecimento de identidades plurais assumindo a dianteira das pautas". E a crítica:
"Todavia, os excessos nesse acento têm conduzido a um risco oposto: o da estetização da
política (BENJAMIN, 1987), atrelada a um esquecimento das diferenças de classe".

Além disso, a parte XIX trata de uma questão correlata: a recepção, essencializada e naturalizada, por vezes chancelada por discursos acadêmicos, da ideia de "lugar de fala", que, em outras palavras, é antes tratada como um *dado* do que como um *problema* ou como uma construção dinâmica, em aberto. A consequência seria: "a apropriação essencialista do conceito de lugar de fala dá vazão com uma frequência impressionante a discursos agressivos e autorreferenciais em tal grau que as pessoas que os pronunciam em muito pouco se diferem do indivíduo egoísta orientado ao sucesso pessoal no mercado competitivo, isto é, do modelo de indivíduo formulado no horizonte da narrativa neoliberal. Por esse caminho, pretensões egóicas as mais diversas imiscuem-se sorrateiramente na demanda em si legítima de que falar não seja privilégio de poucas e poucos".

Na parte XX, apresenta-se uma crítica a posições acadêmicas que, mesmo julgando inadequados os excessos de estetização da política e a essencialização do lugar de fala, entendem que não seria papel seu apontar esses equívocos, entendendo que caberia aos próprios movimentos sociais fazerem a sua própria crítica. Ao menos do ponto de vista da tradição da Teoria Crítica, isso seria incorrer em omissão, lembrando, aqui, as palavras de Horkheimer, citadas no texto. Mas não apenas isso, uma posição como essa pode esvaziar o próprio sentido da crítica e do trabalho de teorização, como, mais uma vez, também critica Marcuse, em "O trifunfo do pensamento positivo", de *O homem unidimensional*, justamente no sentido próximo do criticado pelo texto: "Assumindo a práxis como critério último da verdade, ela torna o trabalho intelectual a tal ponto subserviente das decisões práticas da militância social que é difícil continuar sabendo ao final de que serviriam as teorias – se é que serviriam para algo."

A parte XXI apresenta uma crítica ulterior: "aquilo que mais salta aos olhos são os limites da *semântica da resistência*, com a *linguagem de afetos* que nela tem predominado. Ela certamente tem seu valor agregador e catalisador de esforços, mas, quando totaliza a imagem da prática social e política, acaba impedindo que, mais do que resistir, seja possível pensar em futuros alternativos, seja possível elaborar projetos de superação daquilo a que se resiste". Assim, "O problema, pois, não é só a ascensão da extrema-direita: mais grave, é nossa falta de capacidade de oferecer uma alternativa palatável a ela." Embora louváveis os esforços de resistência, "esses movimentos permanecem na maioria das vezes como potências anárquicas não-articuladas". Aqui parece ressoar a crítica de Habermas aos anarquistas em "A soberania popular como procedimento", texto apresentado por ele quando dos 200 anos da Revolução Francesa.

Dai, diante da crítica aos movimentos sociais de "acento cultural-identitárioperformativo" e de seu "esquecimento da classe", bem como às posições acadêmicas que, de uma forma ou de outra, sejam chancelando, sejam não apontando equívocos, legitimam os excessos de estetização da política e de naturalização de um suposto de lugar – privilegiado – de fala, a parte XXII traz aquele que talvez seja "o aspecto mais trágico do Brasil neste ano de 2020". O texto, aqui, se refere a o que seria uma "a distância abismal entre os movimentos de resistência e a ampla base populacional do país" que, contudo, não pode ser simplesmente tratada como uma distância entre classe média e classes pobres. Isso porque, tratar dessa questão nesses termos é mais uma vez atribuir à classe média e médio-alta o velho papel de vanguarda das transformações sociais. Em outras palavras, elitismo. Nas classes pobres surgem, independentemente, de uma suposta vanguarda de classe média, importantes movimentos contestatórios. Que, todavia, nem sempre conseguem escapar às narrativas hegemônicas, do neoliberalismo. O texto, nesse ponto, chama atenção para esse risco. Nesse sentido, o texto insiste, então, no problema: "uma distância progressiva entre movimentos sociais – formados no bojo de classes médias, médio-altas ou pobres – que carregam consigo o sonho de uma sociedade mais livre e mais igualitária, num lado do abismo, e a ampla base populacional brasileira – esteja ela nas classes pobres ou em qualquer outra classe –, no outro lado do abismo".

A modo de conclusão, o início da parte XXIII faz lembrar o anjo de Benjamin: "e olhando para trás, o quadro que se observa indicia-se como o retrato de uma terra arrasada". Contudo, olhar para trás não se faz de modo derrotista, mas como condição para seguir em frente. Anoto, aqui, que esse trecho me fez lembrar, justamente, de um texto que David e eu escrevemos juntos, sobre justiça de transição, que está no nosso livro *Constitucionalismo e os*

dilemas da justiça: "Celebrar de maneira derrotista um mosaico de sonhos frustrados não é, porém, o intuito. Ao contrário, o passo indispensável para seguir acreditando na luta por esses sonhos é tentar compreender bem por que motivos eles permanecem hoje ainda como sonhos frustrados". Questões numéricas à parte, acerca do resultado das eleições de 2018, caberia pontuar algo importante, que o texto, neste momento, chama atenção: primeiro, "não há exatamente um embate entre o Legislativo e o Executivo ou entre o Judiciário e o Executivo, mas também não há uma mera subserviência"; segundo, no caso específico do Supremo Tribunal Federal, "se há sinais claros de que a pauta econômica de desmonte do Estado de Bem-Estar Social não encontrará ali muita resistência, a pauta axiológica de redução da proteção a minorias e de ataque a direitos individuais tem encontrado uma oposição relativamente coesa". De fato, cabe dizer que o STF nunca teve uma jurisprudência consolidada em direitos sociais, passando do silêncio ao apoio à sua desconstitucionalização, raras exceções que, por si sós, não fazem jurisprudência. Terceiro, na construção das narrativas, há uma disputa entre um jornalismo que apoia as medidas econômicas, mas também há um jornalismo crítico e até satírico. Sem falar nos públicos, sejam religiosos ou laicos, que se opõem às narrativas hegemônicas. E, assim, "por mais que internamente ao ambiente teórico não faltem afetações melancólicas que insistem na denúncia do que seria um caminho sem volta em direção ao colapso inevitável, enquanto esse campo permanecer aberto, a história permanece indefinida".

O texto, por fim, traz uma espécie de pós-escrito, embora não seja assim designado, apresentando reflexões já no contexto da pandemia do novo coronavírus, a começar explicando que uma primeira versão sua já havia sido elaborada quando essa chegou ao Brasil. Portanto, ainda que faça referência a eventos mais próximos, não entra em detalhes quanto ao desdobramento mais recente das crises analisadas. Nem caberia esperar isso.

Afinal, desde o início, o texto é um texto que se sabe um empreendimento cujo valor de verdade se dá inclusive porque se sabe falível, incompleto, aberto, *antes do fim*.

De todo modo, o texto aponta ainda contradições importantes e confia, mais uma vez, na possibilidade de aprendizagem. E em termos com os quais poderia comungar também como caros, é verdade; todavia *sem ilusões*. "A teoria crítica da sociedade" – lembra Marcuse – "não possui nenhum conceito que possa fazer a ponte sobre o abismo entre o presente e o seu futuro; sem sustentar nenhuma promessa e sem obter nenhum sucesso, ela permanece negativa. Assim, ela quer permanecer leal àqueles que, sem esperança, deram e dão sua vida à

Grande Recusa". Pois como escreveu Benjamin, "no início da era fascista", citado por Marcuse: "Somente por causa dos que não têm esperança é que nos é dada a esperança."

Volto, pois, mais uma vez, ao Marcuse, de *O homem unidimensional*, na introdução à primeira edição, de 1964: "Talvez um acidente possa alterar a situação, mas a menos que o reconhecimento do que está sendo dado e o que está sendo evitado subverta a consciência e o comportamento do homem, nem mesmo uma catástrofe levará à mudança".

Ou como bem diz David F. L. Gomes no final de seu ensaio: "Logo, tudo dependerá de nossa capacidade de nos organizarmos para oferecer um projeto alternativo à dinâmica capitalista que tentará recomeçar mais uma vez como se nada tivesse acontecido — bem como de nossa disposição para engajar-se na defesa desse projeto alternativo [...] Por tudo isso, mais do que nunca a história permanece em disputa".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, David F. L.. Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico. **Revista de Ciências do Estado.** Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e28895, 2021. ISSN: 2525-8036.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas – **Textos escolhidos.** Trad. José

Lino Grünnewald. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 117-154.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional.** São Paulo: Edipro, 2015.

NOTES TO "BRAZIL, 2020: AN ATTEMPT TO DIAGNOSIS"

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira

How to cite this article: CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Anotações a "Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico", de David F. L. Gomes. **Revista de Ciências do Estado.** Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e26210. ISSN: 2525-8036.

Abstract: This paper presents some comments on David F. L. Gomes' essay "Brazil, 2020: an attempt to diagnosis". By doing so, its main objective is to contribute to a critical debate about our Society and our time.

Keywords: Brazil; 2020; David F. L. Gomes; Crises.